

## Davidson, a Metáfora e os Domínios do Literal<sup>1</sup>

### Davidson: The Metaphor and its Dominion of Literature

---

Waldomiro José da SILVA FILHO

---

*Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas da UFBA, Brasil.*

#### RESUMO

Este ensaio discute porque o tema da *metáfora*, ao elucidar a compreensão davidsoniana de “significado literal”, “interpretação”, “convenção”, “intencionalidade” e “competência semântica”, pode servir com um brevíário à filosofia pragmatista da linguagem e do conhecimento.

**Palavras-chave:** Interpretação, linguagem, metáfora, significado literal.

#### ABSTRACT

This article discusses why the theme of metaphor, understanding the davidsonian comprehension of “literal meaning”, “interpretation”, “intentionality” and “semantic competence” can serves like and introduction to the pragmatic philosophy of language and knowledge.

**Key words:** Interpretation, language, metaphor, literal meaning.

---

Recibido: 22-10-2001 • Aceptado: 07-11-2001

1 A idéia original deste ensaio nasceu de antigas conversas com o Prof. Benjamim Picado sobre os limites do giro lingüístico em teoria do conhecimento. Agradeço àqueles que me ensinaram diferentes abordagens sobre a metáfora, Floyd Merrell (pelas referências a Max Black e Jacques Derrida), Virgínia Dazzani (que me apontou o caminho das interpretações psicanalíticas da metáfora e da metonímia) e Fernando Masip (que elucidou a difícil “mitologia branca” de Derrida). Este ensaio foi redigido com o incentivo do Programa de Apoio à Instalação de Doutores no Estado da Bahia (PRODOC do CADCT/UFBA/ FAPEX).

0. Donald Davidson (1917, Springfield, Massachusetts, EUA), professor emérito da Universidade de Berkeley (Califórnia), ao lado de J. Habermas, J. Derrida, R. Rorty, é o filósofo vivo mais influente e original da segunda metade do século XX. Sua obra, expressa na brevidade de ensaios e conferências cristalinos e surpreendentes dispersos em periódicos, anais, publicações coletivas e duas coletâneas<sup>2</sup>, elabora uma contribuição singular à filosofia da linguagem, à filosofia da mente, à teoria ação e à epistemologia<sup>3</sup>. Em particular, a filosofia do presente deve a Davidson uma interpretação radicalmente nova e profícua da linguagem, da mente e da verdade.

A filosofia contemporânea, educada pelo giro pragmático-lingüístico-hermenêutico, depois de L. Wittgenstein, Heidegger, Quine e James, sabe que a linguagem não pode ser entendida como um espelho que representa as coisas, que a mente não pode ser descrita como uma entidade interior e privada e a verdade não pode ser tomada como ajuste especular e verificacional entre nossas proposições e coisas e acontecimentos no mundo independente da nossa linguagem. E Davidson, de certo modo, representa um momento de maturação dessa crença *antifundacionista*. Para ele, grosso modo, os problemas filosóficos deveriam ser reescritos a partir do seguinte:

Ao compartilhar uma linguagem (...) compartilhamos uma ilustração do mundo que, nos seus aspectos mais amplos, deve ser verdadeira. Se segue que quando tornamos manifestos os aspectos mais amplos de nossa linguagem, estamos tornando manifestos os elementos mais amplos da realidade. Portanto, uma maneira de compreender a metafísica consiste em estudar a estrutura geral da nossa linguagem (Davidson, 1985a, p. 199).

Quando falamos sobre mundo, sobre nós mesmos e sobre a mente dos outros é de crença e significado na linguagem que estamos tratando, pois o nosso mundo não está exterior às nossas descrições e narrativas acerca do nosso mundo. Para ele, posto que o conceito de verdade tem uma importância capital no nosso entendimento do mundo e da mente dos outros (cf. Idem, 2000, p. 65), o requisito mínimo para a existência da verdade é que as crenças, de algum modo, possam ser exploradas. Sabemos de uma crença, dirá Davidson, quando somos falantes capazes de compreender a emissão dos outros (Idem, 1985a, p. 141 seq.): não haveria nada no mundo, nem objeto nem evento que seja pertinente à verdade e à falsidade se não houvesse criaturas falantes (Idem, 1990, p. 279). A realidade nasce não quando estamos diante da *pura presença*, mas quando -disse Peirce, James e Dewey- nossas crenças aparecem na nossa fala com outros e podem, de algum modo, ser interpretadas, compreendidas e corrigidas. Não há qualquer sentido em se falar de uma realidade ininterpretada, de uma verdade exterior às crenças e significados e de um espírito como observador passivo do espetáculo do mundo. Uma pessoa deve estar inscrita numa comunida-

2 Duas coletâneas reúnem os principais textos de Davidson até 1980, *Essays on actions and events* de 1980 e *Inquiries into truth and interpretation*, 1984.

3 Para uma compreensão geral da obra davidsoniana, cf. LePore (1986), LePore e McLaughlin (1985), Ramberg (1989) e Malpas (1992). Para uma compreensão dos vários aspectos e temas da sua filosofia ver Brandl e Gombocz (1989), Stoecker (1993), Engel (1994), Preyer et al. (1994), De Caro (1998; 1999), Hahn (1999), Zeglen (1999). Para uma crítica à filosofia da linguagem de Davidson ver Orlando (1999; 2000).

de de fala se ela domina o conceito de crença e de crença verdadeira: só uma pessoa que interpreta a fala dos outros pode possuir o conceito de pensamento, de razão, de verdade e de realidade<sup>4</sup>.

1. Este ensaio procurará responder à pergunta: por que a *metáfora* interessa à filosofia da linguagem de Donald Davidson e à epistemologia no espelho do significado<sup>5</sup>? Pretendo demonstrar que o tema da metáfora, ao elucidar a compreensão davidsoniana de “significado literal”, “interpretação”, “convenção”, “intencionalidade” e “competência semântica”, pode servir com um brevíário à filosofia pragmatista da linguagem e do conhecimento. Para tanto, discutirei dois breves e surpreendentes textos - “What metaphors mean” (Davidson, 1985, pp. 245-64) e “A nice derangement of epitaphs” (Idem, 1986, pp. 433-46)- nos quais Davidson desfaz dois importantes mitos da Filosofia da Linguagem: a distinção entre “significado literal” e “significado não-literal” e a idéia de que a linguagem é governada por convenções e regras compartilhadas previamente pelos seus utentes (*linguistic competence*).

Davidson desenvolve, então, dois *argumentos negativos*:

- a) O equívoco [*mistake*] fundamental que pretendo atacar é a idéia de que a metáfora tem, ademais de seu sentido ou significado [*sense or meaning*], outro sentido ou significado” (Idem, 1985, p. 245) e
- b) (...) não há uma coisa como a linguagem [*is no such thing as a language*], se a linguagem é algo como os filósofos e os lingüistas supuseram. Não há (...) nada assim que aprendemos e dominamos ou com o qual nascemos. Devemos abandonar a idéia de uma estrutura partilhada claramente definida que os usuários da linguagem [*language-users*] adquirem e aplicam a casos. (...) devemos abandonar o apelo a convenções na tentativa de iluminar o modo como comunicamos (Idem, 1986, p. 446).

Richard Rorty foi o primeiro a reconhecer o alcance filosófico destas posições iconoclásticas. Em “The contingency of language”, aparecido em *Contingency, irony, and solidarity* de 1988, Rorty, referindo-se explicitamente a “What metaphors mean” e “A nice derangement of epitaphs”, assinala que o

... tratamento davidsoniano da verdade associa-se ao tratamento davidsoniano da aprendizagem da linguagem e da metáfora para construir o primeiro tratamento sistemático da linguagem que *rompe completamente* com a noção de linguagem como algo que pode ser *adequado* ou *inadequado ao mundo ou ao eu* [grifos meus]. É que Davidson rompe com a noção de que a linguagem é um meio - um meio de representação e de expressão (Rorty, 1988, p. 27).

A metáfora -dissolvendo o sentido representacionista da linguagem; lançando uma frase sem um lugar fixo num jogo de linguagem (Ibid., p. 35)- seria um exemplo privilegiado da reserva comum a Wittgenstein, Quine e Davidson em relação à crença de que é possível uma teoria filosófica geral e *a priori* da linguagem que esclareça definitivamente a for-

4 Uma exposição sistemática da filosofia de Davidson está em Ramberg (1989) e Malpas (1992).

5 A locução “epistemologia no espelho do significado” se encontra no texto *Thought and talk* de D. Davidson (1985, p. 169).

ma e o conteúdo da linguagem e o modo como a linguagem se liga ao pensamento e ao mundo. Abandonarei aqui o apoio da interpretação de Rorty. Mas não será difícil, como veremos adiante, compreender seu entusiasmo.

2. O leitor familiarizado com a obra de Davidson poderá estranhar que eu não toque aqui em noções como “convenção-T” e “verdade-em-L” ou no nome de Tarski. Creio que a discussão sobre o tema da verdade tem adquirido uma dimensão exagerada, monopolizando, no mais das vezes, as interpretações e glosas sobre Davidson - como se a verdade fosse a “meta do inquirido”<sup>6</sup>. Prefiro aceitar que a verdade deve preservar-se em minúscula como uma propriedade lógica das sentenças e uma condição formal de teorias empíricas do significado e de atos discursivos, compondo um dos aspectos da interpretação e da atribuição de racionalidade do agir. Quando interpretamos as frases e a ação (dos outros), estamos, por fim, outorgando intenções e razões e isto exige que recorramos as propriedades lógico e formal da verdade. Se não desenvolvo o tema da verdade é porque o tomo como resolvido e pressuposto<sup>7</sup>.

3. “A metáfora é o sonho da linguagem... [*Metaphor is the dreamwork of language*]” (Davidson, 1985, p. 245) e, como tal, como sugere a Psicanálise, supõe uma interpretação que é um trabalho tão criativo e imaginativo quanto o trabalho de sua elaboração. Uma interpretação que exige constitutivamente um intérprete e recorre a regras hermenêuticas fugazes e escassas construídas pragmática e inventivamente [*inventive construal*]: “Não há instruções para inventar metáforas; não há um manual para determinar o que uma metáfora ‘significa’ ou ‘diz’...” (Ibid.).

No entanto, na posse deste princípio - a *interpretação radical*<sup>8</sup> -, não estamos habilitados a fazer uma rígida distinção categorial entre as metáforas e as outras transações linguísticas rotineiras. Mesmo que as metáforas agreguem ao uso comum e ordinário da linguagem um resultado notável e interessante, elas, na verdade, “significam o que significam as palavras em sua interpretação mais literal, e nada mais” (Ibid.)<sup>9</sup>. A metáfora deve ser in-

6 Há uma polêmica entre Davidson (2000) e Rorty (1998a; 1998b; 2000) sobre o lugar e a importância do conceito da verdade. Será publicado pela DP&A (Rio de Janeiro, 2001) o livro *O pragmatismo e a questão da verdade*, em que eu e os professores Paulo Margutti Pinto e Paulo Ghiraldehlli Jr. procuramos atualizar e avaliar as consequências dessa discussão. Nesta publicação será incluído o texto “Davidson between Wittgenstein and Tarski” de Rorty que acirra o debate.

7 Um exposição competente do tema da verdade em Davidson está em Rivenc (1998).

8 Segundo Davidson, a teoria do significado tem como objetivo permitir a interpretação dos proferimentos dos falantes de uma certa língua-L. A interpretação é o *fundamento de toda comunicação linguística* e compreender o que um falante diz pressupõe sempre uma interpretação. O caso extremo é a interpretação dos proferimentos formulados numa língua totalmente desconhecida; isto aparentemente se dá entre falantes de línguas estrangeiras, mas, a rigor, é constitutivo de toda situação que somos obrigados a fazer uma aposta sobre as crenças e significados do nosso interlocutor. Inspirada na “tradução radical” de Quine, na “interpretação radical” se “supõe que a teoria provê uma compreensão de proferimentos particulares que não está dada de antemão (Davidson, 1985a, p. 128). A questão não é somente saber o que as palavras e frases de uma língua-L significam, independentemente dos falantes e dos contextos, mas de saber o que significam em *certos usos e certas ocasiões*.

9 Neste aspecto Davidson desposa uma posição comum à de John Searle (1995, p. 123): “Muitos que escrevem sobre o assunto [metáfora] tentam localizar o elemento metafórico na sentença ou nas expressões emitidas. Eles julgam que há dois tipos de significado sentencial: o literal e o metafórico. Entretanto, *sentenças e palavras possuem somente os significados que possuem* [grifo meu].” Muitos outros pontos aproximam Searle de Davidson - como, por exemplo, as noções de literalidade e intencionalidade -, mas deixaremos este confronto para outra ocasião. De qualquer modo, a compreensão davidsoniana da metáfora, além de ser objeto de algu-

cluída como uma forma de comunicação lingüística que implica a mesma forma da comunicação ordinária porque ela opera e conduz verdades e falsidades acerca do mundo do mesmo modo como o faz a linguagem mais comum — ainda que exista um efeito que pareça ser mais exótico, profundo ou mais graciosamente astuto (Ibid., p. 246). Mas, de qualquer modo, estes efeitos aparentemente inesperados e sutis (“próximo ao êxito artístico”) não necessitam depender, para sua organização, de outra coisa fora dos significados literais das palavras (ibid., p. 256):

O que nego é que a metáfora faça seu trabalho em virtude de ter um significado especial, um conteúdo cognitivo específico. Eu não penso, como faz Richards, que a metáfora produz seu resultado porque tem um significado que resulta de uma interação de duas idéias; desde meu ponto de vista, é um erro dizer como Owen Barfield, que uma metáfora ‘diz uma coisa e significa outra’ [*says one thing and means another*]; ou como Black, que uma metáfora afirma ou implica determinadas coisas complexas graças a um significado especial e que *por ele* cumpre sua função de produzir um ‘insight’ (1985, p. 262).

Por que a metáfora interessa à Filosofia da Linguagem? Por aquilo que o significado literal e a linguagem se transformaram: deixam de ser, no horizonte do giro lingüístico, uma *representação* ou um *nome* das coisas e passam a ser o acordo interpretativo precário entre as crenças de falantes e intérpretes. Até aqui, uma das razões que tem feito com que vários filósofos admitam a noção de “significado normal” e “standart” e de “convenção lingüística” para compor a estrutura básica de uma teoria da linguagem foi a existência de casos em que palavras e frases são empregadas de modo “não-standart”, “anormal” e “não-convencional”, tanto em usos intencionais quanto em casos acidentais, como é o caso da metáfora e do “*malapropism*”<sup>10</sup>. Davidson *nega* que esta distinção seja justificada e que podemos recorrer a algum princípio que nos permita compreender o significado não-literal, mas, para isto, reformula a perspectiva sobre as teorias da linguagem, sobre a interpretação dos proferimentos na língua-L, sobre a competência lingüística requerida para a compreensão e, principalmente, sobre o “significado literal”<sup>11</sup>.

Pode parecer surpreendente, mas a metáfora interessa à Filosofia da Linguagem porque é um testemunho vivo de que a linguagem, ao menos como é compreendida por filósofos e lingüísticas, simplesmente *não existe*.

mas discussões filosóficas com seus pares (Cavell, 1986; Dummett, 1986; Hacking, 1986; Rorty, 1988), pode perfeitamente ser analisada no horizonte do interesse filosófico contemporâneo pela metáfora. Estou pensando especificamente em cinco perspectivas, Eco (1984), Gadamer (1985), Sperber (1989), Ricoeur (2000) e Derrida (s/d). Oportunamente retomarei essas pistas.

- 10 A expressão *malapropismo* indica a troca involuntária ou não de uma palavra devido à semelhança de som ou grafia. Ela deriva do nome de um personagem da comédia *The rivals* de Richard Sheridan, o Sr. Malaprop, que construía inúmeras frases usando o recurso de misturar palavras. Davidson se apoiou num *malapropismo* (“A nice derangement of epitaphs” em que “epitáfio” está no lugar de “epíteto”) para criticar a concepção convencionalista da linguagem.
- 11 É curioso notar que os textos “What metaphors mean” e “A nice derangement of epitaphs” tenham sido publicados em suas versões definitivas, o primeiro em *Inquiries into truth and interpretation* e o segundo em *Truth and interpretation* (editado por Ernst LePore) em seções intituladas “Limits of the literal”. Não é coincidência: estes textos estão a serviço de uma revisão radical do sentido normal de significado.

4. O “erro fundamental” na interpretação da metáfora reflete uma idéia hegemônica em Filosofia da Linguagem segundo a qual a interpretação do discurso e da comunicação em geral exige o *conhecimento da linguagem* ou uma *competência semântica definida do intérprete*, ou seja, um domínio integral, preciso e prévio do significado. Devemos, para Davidson, *abandonar a idéia de significado metafórico* (enquanto significado especial) e revisitar a compreensão do significado literal-primeiro. A rigor, o *first meaning* não é outra coisa senão aquele significado que surge como o primeiro significado na ordem da interpretação (1986, p. 436) e que está associado estritamente às intenções do falante [*intentions of the speakers*]. E o que dizer sobre as *intenções do falante*? Podemos falar das intenções do falante quando atribuímos *crenças, desejos e significados* às sentenças do outro, inscrevendo seus atos lingüísticos e seu comportamento numa ordem de razões: “dar um sentido às intenções e crenças de uma pessoa não pode ser independente de dar significado à suas emissões” (1985a, p. 144)<sup>12</sup>.

Notemos que a idéia hegemônica de conhecimento-competência em uma língua-L, segundo Davidson, é apresentada segundo três teses: 1) o intérprete pode interpretar seus próprios proferimentos e dos outros sobre a base das propriedades semânticas das palavras do enunciado e da sua estrutura; 2) para que o falante e o intérprete comuniquem com sucesso e de modo regular, devem co-dividir um método de interpretação, pressupondo que os *first meanings* são compartilhados; e 3) os *first meanings* são governados por *convenções* ou *regras* apreendidas, ou seja, o conhecimento sistemático e a competência semântica do falante e do intérprete é convencional e é apreendida previamente, num tempo lógico anterior às ocasiões objetivas da enunciação e da interpretação (1986, p. 436).

É verdade que para que o falante possa ser compreendido, o que ele sabe e intenta deve corresponder àquilo que o intérprete sabe, pois o falante é compreendido quando suas intenções, crenças e significados são interpretados no horizonte dos significados do intérprete. Aqui, entretanto, há uma dúvida muitíssimo grave: a *convenção* e o *seguir uma regra* explicam isto que falante e intérprete compartilham? Ora, o caso da metáfora, por exemplo, se inscreveria no curto-circuito do conhecimento-de-L e da competência-em-L em 1-3, posto que as palavras parecem ter um significado que escapa ao seu significado habitual (e está fora do jogo de linguagem definido pelo aprendizado da convenção), indicando que há um contraste entre o que o falante quer dizer (sua *intenção*) e aquilo que *de fato* diz: na metáfora, como no *malapropism* e na ironia, seríamos obrigados a distinguir o significado literal e convencional (o *first meaning* e o domínio da *competência semântica* compartilhada entre falantes e intérpretes) e o que se diz nas ocasiões particulares.

Davidson não está recusando que, de certo modo, podemos recorrer às distinções de Grice entre literal e conversacional (Grice, 1990) ou de Donnellan entre usos atributivos e usos referenciais (Donnellan, 1966) para compreender a diferença entre a fala assertiva e a metáfora ou ironia. Ele contesta, entretantes, a exigência de que para compreender o significado de uma sentença numa *ocasião dada* necessitamos supor que intérpretes e falantes partilhem integralmente uma tal competência lingüística no sentido de 1-3 acima.

12 Aqui temos o complexo e controvertido tema do *principle of charity*. Sobre esse tema ver Ramberg (1999).

5. Explorando o caso do *malapropismo* -em que aparentemente o falante quis dizer uma coisa (epítetos), diz outra (epitáfios) e é compreendido como dizendo o que intentava (epítetos)<sup>13</sup> - Davidson procura compreender como, no fundo, uma interpretação, qualquer interpretação na linguagem, é possível, principalmente quando estão em questão palavras que exprimem significado que não são previamente co-divididos entre falante e intérprete: “meu problema é simples. Quero saber como as pessoas que já dominam uma linguagem (qualquer coisa que isso signifique exatamente [*whatever exactly that means*] procuram aplicar sua capacidade ou conhecimento aos *casos atuais* de interpretação [grifo meu]”. O que significa, no contexto dos casos efetivos e atuais de comunicação, “ter uma linguagem”? [*My problem is to describe what is involved in the idea of ‘having a language’ or of being at home with the business of linguistic communication* (1986, p. 441)]. A atenção se concentra aqui nos *casos efetivos e atuais de interpretação*.

Em primeiro lugar, Davidson sugere que o intérprete possui, em cada troca lingüística, uma *teoria* (porque o intérprete sempre toma os proferimentos do outro como inscritos em uma língua-L, apoiando-se numa explicação recursiva, ou seja, remetendo-se a uma forma possível de L e da verdade-em-L). Em segundo lugar, sugere distinguir duas teorias a que recorre o intérprete: uma seria a “teoria anterior” ou “inicial” (*prior theory*) daquilo que as palavras do falante significam numa língua-L; a segunda seria uma “teoria transitória” ou “ocasional” (*passing theory*) que expressaria a maneira atual como *de fato* o ouvinte interpreta o que o falante diz.

Na comunicação atual, o intérprete dispõe, como ponto de partida, além das suas próprias crenças, de várias construções hipotéticas e de evidências sobre as sentenças e sobre o próprio falante (inclusive sobre seu comportamento, lingüístico ou não-lingüístico). No momento em que o falante profere suas palavras, o interprete é levado a acrescentar à sua teoria novos elementos circunstanciais, modificando-a [*alters his theory*] e introduzindo, à luz das novas evidências, alterações na interpretação dos proferimentos particulares das sentenças. O falante, deliberadamente ou não, pode oferecer novas informações relevantes para a interpretação das suas sentenças no momento mesmo em que as está proferindo. A primeira teoria vai, aos poucos, na objetividade da interlocução, sendo remodelada. Por essa razão, por mais forte que seja a presença dos pré-juízos do intérprete, a teoria que conduz sua interpretação está integralmente conectada à situação (1986, p. 441).

Teorizar e conjecturar não é uma atividade privativa do intérprete; também o falante, para atingir seu objetivo de ser compreendido, necessita construir uma teoria sobre seus proferimentos e sobre a hermenêutica de seu interlocutor. Ao proferir suas palavras, ele elabora uma imagem da prontidão do intérprete e antecipa as linhas em que será interpretado, ou seja, ele procura antecipar as crenças e a teoria interpretativa de partida as quais o intérprete provavelmente recorrerá. As vezes, o falante não procurará conduzir sua fala na direção das suas hipóteses sobre a conduta do intérprete, as vezes, ao contrário, induzirá o intérprete a modifi-

13 “O *malapropismo* introduz expressões não apreendidas previamente ou expressões familiares que nenhuma das habilidades são capazes de nos tornar prontos para interpretar. O *malapropismo* inclui-se numa categoria diferente, na qual podem se incluir, por exemplo, nossa habilidade de colher um enunciado bem formado num proferimento incompleto ou gramaticalmente confuso ou a nossa habilidade de interpretar palavras que não têm mais o sentido primeiro, a corrigir *lapsus linguae* ou de fazer frente a novos idioletos. Estes fenômenos ameaçam as descrições standarts da competência lingüística (inclusive descrições das quais eu mesmo [Donald Davidson] sou responsável)” (1986, p. 437).

car sua teoria anterior. A concepção que o falante tem da teoria do intérprete é absolutamente relevante para aquilo que diz e para aquilo que significa suas palavras; é uma parte importante daquilo sobre o que deve basear sua vontade de ser compreendido<sup>14</sup>. Por princípio, o falante sabe pouco sobre o intérprete e pode apenas supor que ele interpretará seu discurso segundo algumas linhas standart: tem apenas um intérprete em mente, do mesmo modo que o intérprete tem um falante em mente. Ambos, intérprete e falante, conjecturam uma teoria para seu interlocutor, atribuindo significado e verdade aos seus proferimentos: “Mas, tudo isto é muito relativo [*But all this is relative*]” (1986, p. 443).

Dá-se uma interpretação feliz quando as teorias semânticas elaboradas pelo falante e pelo intérprete, de algum modo, se cruzam e confluem. Mas o fato de que os interlocutores acabam compartilhando uma teoria comum *não significa necessariamente que o conhecimento e a habilidade interpretativa é uma convenção plenamente partilhada*. O que é compartilhado entre falante e intérprete, para que a comunicação se realize, não é a *prior theory* (mesmo que dependa dela), mas a teoria transitória ou ocasional (p. 442). De fato, a *passing theory* é aquela teoria que o intérprete efetivamente usa para interpretar uma sentença e é a teoria que o falante entende que o intérprete está usando: somente com esta *passing theory* coincidente é que temos uma compreensão completa [*understanding complete*] (p. 442).

É na teoria transitória que o acordo é, acidental em parte, maior. Enquanto o falante e o intérprete falam, as suas teorias anteriores vão se tornando mais semelhantes (...). O assintótico de acordo e compreensão é o que se dá quando as teorias transitórias coincidem [*The asymptote of agreement and understanding is reached when passing theories coincide*] (1986, p. 442).

Os interlocutores necessitam, para compreenderem-se mutuamente mediante o discurso, da habilidade no convergir suas teorias transitórias de um proferimento a outro.

Consideremos que a teoria primeira não descreve isto que chamamos a linguagem que uma pessoa conhece, nem serve, muito menos, para caracterizar a idéia de *competência lingüística* do falante e do intérprete nem a idéia de uma *convenção partilhada antecipadamente* (as teorias anteriores não são normalmente co-divididas nem é certo que seja uma condição para a comunicação que as teorias primeiras sejam co-divididas (1986, p. 443)). Não é numa teoria primeira, em Davidson, que são definidos os significados literais e o que o intérprete e o falante compartilham: o que “o falante e o intérprete conhecem antecipadamente não é (necessariamente) compartilhado e, portanto, [o que conhecem] não é uma linguagem governada por regras compartilhadas ou por convenções” (p. 445). O que é compartilhado é apenas a teoria transitória.

Consideremos também que uma *passing theory* não corresponde à idéia comum de *competência semântica* de um intérprete, pelo menos como fora definido em 3 acima. É

14 Faço notar uma semelhança entre essa elaboração de Davidson e a *teoria semiótica da interpretação* de Umberto Eco, principalmente do que concerne à sua defesa de um *sentido do texto* que exige o trabalho inferencial (abdução) do leitor. Para isso, Eco recorre a noções como “senso litterale”, “lettore modello”, “lettore semantico” e “lettore critico” e à idéia de “interpretazione” como “congettura” sobre as hipóteses ou intenções do texto (*intentio operis*) (ver Eco, 1990; 1992). Tratei demoradamente da teoria da interpretação na obra de Eco, de *Opera aperta* de 1962 a *I limiti dell'interpretazione* de 1990, em Silva Filho (1993).

possível supor que o movimento da interpretação entre o falante e um intérprete é uma linguagem. Mas, segundo o raciocínio davidsoniano, não teríamos uma nova linguagem para cada conversação inédita e tais linguagens não se tornariam algo fugaz e móvel ao limite de que ninguém poderia dominá-la? Uma *passing theory* não responde às exigências formais de ser uma teoria da linguagem natural: ela é mais e é menos que uma teoria-de-L; não é uma língua especial governada por convenções; no fundo, conhecer uma teoria transitória significa apenas saber como interpretar um proferimento particular em uma determinada circunstância. Talvez seja por isso que a linguagem não exista. Na *passing theory* o intérprete e o falante encontram nomes e vocábulos manipulados e usados com sucesso, interpretados segundo uma forma própria de correção, muitas vezes independente de outros usos ordinários. O desvio do uso ordinário não é um erro ou uma *novidade* (no sentido comum de metáfora), mas a consecução de uma teoria transitória específica e constitui uma característica daquilo que as palavras significam naquela circunstância ou ocasião. Este significado nascido da teoria transitória, por mais fugazes e estranhos que possam ser, *são literais* [*Such meanings (...) are literal*] (1986, p. 442), são aquilo que podemos chamar de *significados primeiros*. E é com eles que proferimos e interpretamos, inclusive, metáforas.

6. Este postulado - *o significado literal nasce na teoria transitória* - nos ajudará a entender melhor a fortuna das metáforas e o abandono da necessidade teórica de algo como um “significado metafórico”.

6.1. Os pontos da argumentação negativo-icnoclástica de Davidson em relação às teorias da metáfora referem-se à crença comum a filósofos, lingüistas e teóricos da literatura segundo a qual: a) “a metáfora é fundamentalmente um veículo para conduzir idéias inusuais”; b) a metáfora “tem um significado especial” (ibid., p. 246) ou é possível a forma geral de uma teoria especial do *significado metafórico* (Ibid., p. 262); e c) na metáfora determinadas palavras adquirem significados novos ou ‘estendidos’ [*extended meaning*] (ibid., p. 248).

Existissem ou não *significados metafóricos* (novos e/ou estendidos), **a metáfora, como qualquer outra forma lingüística, depende dos significados primários e originais** [*the primary or original meanings*] (Ibid., p. 249), **no sentido de first meaning da passing theory compartilhada pelo falante e pelo intérprete**. Se não conhecemos o significado literal ou significado primeiro, permanecemos impedidos de colher o sentido das palavras e frases aparecidos em circunstâncias específicas: “o significado primeiro vem primeiro na ordem da interpretação” [*first meaning comes first in the order of interpretation*] (Davidson, 1986, p. 435) e compreendê-lo é atribuir *intenções, crenças e verdade* ao falante. Por isso, a rigor, não pode haver, como ponto de apoio da metáfora um conteúdo cognitivo oculto ou estendido nem, muito menos, novo (que, pelo trabalho revelador da análise, poderia ser apresentado ao ouvinte comum da língua-L).

Ora, quando Davidson afirma que uma metáfora não pode ser parafraseada, explicitando-se seu suposto e verdadeiro significado oculto, ele não está dizendo que há algo demasiadamente novo e incompreensível do ponto de vista da expressão literal, tão extraordinário que os recursos atuais da língua não podem captar. Ele simplesmente está dizendo que, na metáfora, não há nada para se parafrasear: “uma metáfora não diz nada fora do seu significado literal (tão-pouco quem a constrói diz nada fora do literal ao usá-la)”, por isso, não há sentido numa paráfrase da metáfora, pois não há nenhuma informação oculta que se deva explicitar (1985, p. 246). **O preceito inaugural é “deixar de lado a idéia de que uma metáfora transporta uma mensagem** [*carries a message*], de que tem um conteúdo ou um significado (exceto, desde logo, seu significado literal)” (1985, p. 261).

7. E aqui temos o problema central: a metáfora deve ser desvinculada do problema propriamente semântico (não se deve perguntar pelo *significado metafórico*) e vincular-se ao problema eminentemente pragmático (deve se perguntar pelo *uso* das palavras e sentenças). O argumento de Davidson se sustenta na substituição da distinção entre “significado literal” e “significado metafórico” pela distinção entre “o que as palavras significam” e o “uso que se faz das palavras”. Pressupondo que todas as palavras e sentenças têm o significado ordinário, afirma que *a metáfora pertence exclusivamente ao domínio do uso* (1985, p. 247).

Davidson não está preservando um dualismo entre o significado e uso das palavras; apenas estabelece uma distinção entre *aquilo que se detém pelo aprendizado ostensivo da linguagem* e *aquilo que diz respeito às situações lingüísticas objetivas que envolvem falante, ouvinte e contexto*. Mas, de qualquer modo, Davidson se aproxima de Wittgenstein. Para Wittgenstein o significado de uma palavra ou signo não é um “corpo de significado” (*Bedeutungskörper*)<sup>15</sup>, pois a palavra não recebe seu significado da sua ligação a um objeto, mas por estar associada a um uso aprendido (diria-se, uma *regra* aprendida). Uma palavra tem significado exclusivamente na dependência de uma aprendizagem que lhe outorgou sentido e da possibilidade de ser usado em atos lingüísticos: “Para uma grande classe de casos em que empregamos a palavra ‘significado’, embora não todos, ela pode ser assim definida: o significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (Wittgenstein, 1974, § 43). Se é verdade que não são *todos* os casos, podemos acrescentar que isto é aplicável às metáforas.

Por meio do contraste entre o *aprendizado de um uso para uma palavra* e o *uso de uma palavra*, podemos concluir que no primeiro caso nossa atenção se dirige à linguagem [*our attention is directed to language*] e no segundo, àquilo de que trata a linguagem [*to what language is about*]: “A metáfora, eu sugeri, pertence à segunda categoria.” (1985, p. 252). Isso justifica porque o “significado estendido” e a “novidade” não estão em questão e porque uma palavra que uma vez se considerou metáfora permanecerá sendo metáfora depois de ser escutada cem vezes. A surpresa e a novidade que comumente estão associados à metáfora pode ser experimentado uma vez, mas não constitui na sua explicação ou na sua definição (1985, p. 252-3).

Não há um significado metafórico, mas um uso comunicativo atual metafórico. Entendamos porque.

8. Se é correto se explicar a metáfora em termos de significados literais das palavras, então, duas conseqüências se impõem: a) as sentenças nas quais se apresentam as metáforas devem ser, logicamente, *verdadeiras* ou *falsas*; b) se as palavras que existem nelas não têm *significados especiais*, também as sentenças não têm uma *verdade especial*. Logo, se as sentenças metafóricas são sentenças no sentido lógico e são verdadeiras ou falsas no sentido habitual, isto nos remete a uma constatação crucial: a sentença empregada para metáfora é usualmente falsa [*it is usually false*].

Uma asserção - “Os homens são mortais” - ou uma “comparação” (*elliptical simile theory*) - “O Sr. S. é como um porco” -, quando enunciadas solicitam para si um valor de verdade e devemos tomá-las, para ter o seu significado, como verdadeiras (*principle of*

15 Próximo à noção de “mito do museu” de Quine, o *Bedeutungskörper* é a idéia de que, por baixo do signo lingüístico, existe uma entidade não-lingüística, outorgante do seu significado e que orienta seus usos correto e incorreto (cf. Baker e Hacker, 1984; Bouveresse, 1987; Silva Filho, 1999).

*charity*). No caso específico das “comparações” (*similes*) — “A Terra é como um solo”, “O Sr. S. é como um porco”, “O assírio se precipitou *como um* lobo sobre o rebanho” — qualquer coisa é *como* qualquer coisa e, por isso, sempre serão verdadeiras (trivialmente verdadeiras)<sup>16</sup>. No entanto, se estas sentenças são convertidas em metáforas se tornam integral e obrigatoriamente falsas: a Terra é como um solo, mas não é um solo; o Sr. S. é como um porco [*pig*], pois sabemos que não é um porco (1985, p. 257).

Mas, vale salientar, para Davidson, não interessa a *falsidade real*, a prova de que realmente aquela frase não corresponde aos fatos, mas, outrossim, que a sentença *possa ser considerada falsa*:

No geral, só quando se considera que uma sentença é falsa a aceitamos como uma metáfora e começamos a perseguir a implicação oculta. Provavelmente seja por esta razão que as sentenças mais metafóricas são *patentemente* [*patently*] falsas, tal como todos os *similes* são trivialmente verdadeiros. Em uma sentença metafórica, o absurdo ou a contradição garantem que não cremos nela e nos convida, sob as condições apropriadas, a tomar a sentença metaforicamente (1985, p. 258).

A metáfora é o caso usual de uma “*patent falsity*”<sup>17</sup>. O que não significa que exista algo como uma *verdade metafórica*. É importante destacar a possibilidade de uma verdade da metáfora pois ela comumente está a serviço de nos levar a ter atenção a algo que, até aqui, estávamos desatentos e, conseqüentemente, não há razão para não dizer que as visões, pensamentos e sentimentos inspirados pela metáfora são verdadeiros ou falsos [*but on occasion patent truth will do as well*]. (1985, p. 257)

9. A metáfora não *diz* algo de novo, para além da semântica ordinária da *passing theory*, e talvez nem mesmo seus efeitos estejam ligados à idéia de *dizer algo*. Ela *aponta* para um aspecto que comumente não notaríamos. Com efeito, o que *notamos* não diz respeito ao conteúdo proposicional-semântico (e ao valor de verdade-falsidade) da sentença (metafórica). Há uma vaguidade peculiar nesta modalidade de uso lingüístico, pois quando nos ocupamos em descrever o que ‘significa’ uma metáfora, somos obrigados a reconhecer que o que queremos mencionar não tem fim: “não há limites para o que a metáfora atrai a nossa atenção” (1985, p. 263). Mesmo se quiséssemos lançar sobre a metáfora um conteúdo a partir de uma análise proposicional (um cálculo), seríamos, do mesmo modo, obrigados a reconhecer que “a maior parte do que se faz notar *não* é de caráter proposicional” (1985, p. 263).

16 Esta é uma definição comum de metáfora. No verbete “*métaphore*” do *Dictionnaire de linguistique* de Jean Dubois lemos que a metáfora é “o emprego de todo termo substituído por um outro que lhe é assimilado após a supressão das palavras que introduzem a comparação (*como*, por exemplo).” É o caso de “Esta mulher é (como) uma pérola”.

17 Donde a proximidade entre metáfora e “mentira”: “... mentir, como fazer uma metáfora, não concerne ao significado das palavras, mas ao seu uso. (...) Para dizer uma mentira se requer não que o que alguém diz seja falso, mas que se pense que é falso. (...) O paralelo entre fazer uma metáfora e dizer uma mentira se vê enfatizado pelo fato de que uma mesma sentença pode se usar para ambos os propósitos sem que mude de significado.” (1985, p. 257/258) Mais adiante: “O que faz a diferença entre uma mentira e uma metáfora não é a diferença entre as palavras usadas ou o que elas significam (em um sentido estrito de significado), mas como se usam as palavras.” (1985, p. 257/259)

A metáfora está muito mais próxima àquilo que Wittgenstein, na segunda parte das *Investigações*, ao tratar de problemas estéticos, chama de “ver-como”. No epílogo de “What metaphors mean” lembra explicitamente o exemplo wittgensteiniano da “cabeça de pato-coelho” como o caso da diferença do “ver-que” e do “ver-como”. Wittgenstein (1974, II, p. 258) escreve que o ver-como “não pertence à percepção” e, por isso, “ele é como um ver e de novo não é como um ver”: o objeto que se oferece à nossa atenção não é apenas visto, ele é circunscrito a uma perspectiva<sup>18</sup>: quando vemos uma imagem, por exemplo, nós a interpretamos e, conseqüentemente, vemos como a interpretamos (ibid., p. 254). Davidson faz notar que “ver como não é ver que” [*Seeing as is not seeing that*] (1985, p. 263). O “ver-como” não tem limites e se inscreve na *perspectiva* e na *interpretação mais que radical*<sup>19</sup>.

A metáfora nos faz ver uma coisa como outra no exato momento em que um enunciado literal perde seu poder *de dizer a verdade* (dado que a metáfora não suscita ou inspira, em absoluto, o reconhecimento de alguma verdade ou fato) e passa a insinuar e suscitar uma atenção<sup>20</sup> (1985, p. 263) - eu acrescentaria, uma atenção sobre a própria forma da linguagem funcionar, inclusive nos seus usos referenciais. Por essa razão, não podemos construir um manual da metáfora nem um “catálogo exaustivo daquilo ao que temos prestado atenção quando se nos fez ver algo sob nova luz” (1985, p. 263)<sup>21</sup>.

**10.** A metáfora é proposicionalmente falsa, não representa nada, não pode ser parafraseada e, mais ainda, as intenções do locutor não coincidem com aquilo que é literalmente dito (e a única coisa que pode ser dita é aquilo que pode ser dito literalmente). Enquanto nas outras formas discursivas estamos ocupados em interpretar o comportamento verbal do outro em termos semânticos e intencionais, inscrevendo-o (transitoriamente) na norma e na ordem das razões, na interpretação da metáfora é a própria norma que é redescrita e reconstruída. Se usássemos um vocabulário peirceano, diríamos que a metáfora tem um caráter de *índice* no contexto das nossas hipóteses e teorias semânticas atuais. Ela aponta para algo (para a própria regra) e, ao fazer isso, ainda no vocabulário peirceano, desfaz a naturalidade da terceiridade do simbólico (como aquilo que supostamente *representa o real*).

Parafraseando Wittgenstein, diria que, na metáfora, o vínculo entre pensamento e palavra e entre palavra e mundo, como tudo que é metafísico, se desfaz. Dissolvida *aligação essencial*, percebemos, por fim, a radicalidade da *autonomia do significado* e a liberdade da interpretação na inessentialidade da regra, na precariedade da ordem, na impossibilidade da linguagem. *Metaphor is the dreamwork of language*, escreve Davidson. Está é uma bela metáfora - para compreendê-la, reteceremos, pragmaticamente, o sentido de “ter uma linguagem”.

18 Sobre o problema do “ver-como” na perspectiva de Wittgenstein sobre temas estéticos e artístico, ver Wollheim (1994).

19 Não estou certo desta interpretação do “ver-como” em Wittgenstein. Saliente-se que Marcus Hester (1967) e Paulo Ricoeur (2000) também fizeram esta aproximação entre metáfora e “ver-como”. O Prof. João Carlos Salles me alertou que Wittgenstein está tratando da gramática da palavra e não da gramática do fenômeno perceptivo. Espero, na continuidade do diálogo com o Prof. Salles e no aprofundamento da leitura de certas passagens wittgensteinianas e davidsonianas esclarecer melhor este ponto oportunamente. .

20 O que se aproxima da distinção wittgensteiniana entre *dizer* e *mostrar*.

21 No futuro, pretendo investigar os temas fenomenológicos davidsonianos e trazer em causa a obra de Henri Bergson.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BAKER, Gordon P. e HACKER, P. M. S. (1984): *Scepticism, rules, and language*. Oxford : Basil Blackwell.
- BOUVERESSE, Jacques (1987). *La force de la règle: Wittgenstein et l'invention de la nécessité*. Paris: Minuit.
- BRANDL, J. e GOMBOCZ, W. (eds.) (1989): *The mind of Donald Davidson*. Amsterdam : Rodopi.
- CAVELL, Marcia (1986): "Metaphor, dreamwork and irrationality". In: LePORE, Ernest (ed.). *Truth and interpretation*. Oxford : Blackwell, pp. 495-507.
- DAVIDSON, Donald (1980): *Essays on actions and events*. New York: Oxford University Press.
- DAVIDSON, Donald (1985a). *Inquiries into truth and interpretation*. Reprinted with corrections. New York : Oxford University Press.
- DAVIDSON, Donald (1985): "What metaphors mean". In: —. *Inquiries into truth and interpretation*. Reprinted with corrections. New York: Oxford University Press, pp. 245-64.
- DAVIDSON, Donald (1986). "A nice derangement of epitaphs". In: LePORE, Ernest (ed.). *Truth and interpretation*. Oxford: Blackwell, pp. 433-46.
- DAVIDSON, Donald (1990): "The structure and content of truth" (The Dewey Lectures 1989). In: *The journal of philosophy*, vol. LXXXVII, n. 6.
- DAVIDSON, Donald (2000). "Truth rehabilitated". In: BRANDON, Robert R. (ed.). *Rorty and his critics*. Massachusetts/Oxford: Basil Blackwell, pp. 65-74.
- DE CARO, Mario (1998). *Dal punto de vista dell'interprete: la filosofia di Donald Davidson*. Roma Carocci.
- DE CARO, Mario (ed.) (1999). *Interpretations and causes: new perspectives on Donald Davidson's philosophy*. Dordrecht: Kluwer.
- DERRIDA, Jacques. "A mitologia branca: a metáfora no texto filosófico". In: —. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim T. Costa e António M. Magalhães. Porto: Rés, s/d.
- DONNELLAN, K. S. (1966): "Reference and definitive descriptions" in: *The Philosophical Review*, n. 75.
- DUMMETT, Micheal (1986): "'A nice derangement of epitaphs': some comments on Davidson and Hacking". In: LePORE, Ernest (ed.). *Truth and interpretation*. Oxford : Blackwell, pp. 459-76.
- ECO, Umberto (1990): *I limiti dell'interpretazione*. Milano : Bompiani.
- ECO, Umberto (1991): *Semiótica e filosofia da linguagem*. Trad. M. Fabris. São Paulo: Ática.
- ECO, Umberto (1992): *Interpretation and overinterpretation*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- ENGEL, Pascal (1991): Avant-propos. In: DAVIDSON, Donald. *Paradoxes de l'Irrationalité*. Trad. P. Engel. Paris: Éditions de l'Éclat.
- ENGEL, Pascal (1994): *Davidson et la philosophie de la langage*. Paris: PUF.
- GADAMER, Hans-Georg (1985): *Verità e metodo*. Trad. Gianni Vattimo. Milano: Bompiani.
- GRICE, H. P. (1990): *Studies in the ways of words*. Harvard : Harvard University Press.
- HACKING, Ian (1986): "The parody of conversation". In: LePORE, Ernest (ed.). *Truth and interpretation*. Oxford: Blackwell, pp. 446-58.
- HAHN, Lewis E. (ed.) (1999): *The philosophy of Donald Davidson*. Chicago/La Salle: Open Court.
- HESTER, Marcus B. (1967): *The meaning of poetic metaphor*. The Hague: Mouton.
- LePORE, Ernest e McLAUGHLIN, Brian (eds.) (1985): *Actions and Events: perspectives on the philosophy of Donald Davidson*, Oxford: Basil Blackwell.
- LePORE, Ernest (ed.) (1986): *Truth and interpretation: perspectives on the philosophy of Donald Davidson*. Oxford: Basil Blackwell.

- MALPAS, Jeffrey (1992): *Donald Davidson and the mirror of meaning: holism, truth, interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ORLANDO, Eleonora (1999). "Caridad y interpretación". In: *Manuscrito*, vol. XXII, n°. 1, abril.
- ORLANDO, Eleonora (2000). "Una crítica del escepticismo semántico". In: DUTRA, Luiz H. de A. e SMITH, Plínio J. (ed.) *Ceticismo*. Florianópolis: NEL.
- PREYER, Gerhard, SIEBELT, Frank e ULFIG, Alexander (eds.) (1994): *Language, mind and epistemology: on Donald Davidson's philosophy*. Dordrecht: Kluwer.
- RAMBERG, Bjørn (1989): *Donald Davidson's philosophy of language*. Oxford: Blackwell.
- RAMBERG, Bjørn (1999): "The significance of charity". In: HAHN, Lewis E. (ed.) *The philosophy of Donald Davidson*. Chicago/La Salle: Open Court, p. 601-19.
- RORTY, Richard (1988). "The contingency of language". In: —. *Contingency, irony, and solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RORTY, Richard (1998a). "Is truth a goal of inquiry? Davidson vs. Wright" In: *Truth and progress: philosophical papers*, vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press.
- RORTY, Richard (1998b): "Davidson between Wittgenstein and Traski". In: *Crítica*, Vol. XXX, n°.88, abril.
- SEARLE, John (1995): "Metáfora"; "Significado literal". In: —. *Expressão e significado*. Trad. Ana Cecília Camargo e Ana Luiza M. Garcia. São Paulo : Martins Fontes, pp. 121-212.
- SILVA FILHO, Waldomiro José da (1993): *Texto e verdade: o conceito de interpretação em Umberto Eco*. Salvador: dissertação de mestrado.
- SPERBER, Dan et WILSON, Dierdre (1989): *La pertinence*. Trad. Abel Gerschenfeld et Dan Sperber. Paris: Minuit.
- STOECKER, Ralf (ed.) (1993): *Reflecting Davidson: Donald Davidson responding to an International Forum of Philosophers*. Berlin: Gruyter.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1974): *Recherche filosofiche*. Trad. Mario Trinchero. Torino : Einaudi.
- WOLLHEIM, Richard (1994): *A arte e seus objetos*. Trad. M. B. Cipolla. São Paulo : Martins Fontes.
- ZEGLEN, Urzula (ed.). (1999): *Donald Davidson: truth, meaning and knowledge*. London: Routledge.